



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS
DA REGIÃO DO

**Planalto
Beirão**

Programa do Procedimento

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, RECOLHA, TRANSPORTE, VALORIZAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS NA VIA PÚBLICA

Concurso Público

Tondela, Abril de 2025



Índice

Cláusula 1. ^a - Identificação e objeto do procedimento	4
Cláusula 2. ^a - Entidade adjudicante	4
Cláusula 3. ^a - Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Cláusula 4. ^a – Comunicações e Notificações	5
Cláusula 5. ^a – Consulta e disponibilização das Peças do Procedimento	5
Cláusula 6. ^a – Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento	5
Cláusula 7. ^a – Idioma	7
Cláusula 8. ^a – Contagem de prazos	7
Cláusula 10. ^a – Concorrentes	7
Cláusula 11. ^a – Impedimentos	9
Cláusula 12. ^a – Proposta e documentos da proposta	12
Cláusula 13. ^a – Indicação dos preços das propostas	13
Cláusula 14. ^a – Modo de apresentação das propostas	14
Cláusula 15. ^a – Prazo para apresentação da Proposta	15
Cláusula 16. ^a – Propostas Variantes	15
Cláusula 17. ^a – Negociações	15
Cláusula 18. ^a – Caução	16
Cláusula 19. ^a – Prazo de obrigação de manutenção das Propostas	16
Cláusula 20. ^a – Júri do Procedimento	16
Cláusula 21. ^a – Funcionamento do júri	16
Cláusula 22. ^a – Competência do júri	17
Cláusula 23. ^a – Abertura das Propostas	17
Cláusula 24. ^a – Critério de Adjudicação	18
Cláusula 25. ^a – Preço anormalmente baixo	18
Cláusula 26. ^a – Esclarecimentos e suprimientos das propostas	18
Cláusula 27. ^a – Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final	19



Cláusula 28. ^a – Adjudicação	20
Cláusula 29. ^a – Documentos de habilitação	21
Cláusula 30. ^a – Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta	22
Cláusula 31. ^a – Minuta e Outorga do Contrato	22
Cláusula 32. ^a – Informação sobre proteção de dados pessoais.....	23
Cláusula 33. ^a – Prevalência	24
Cláusula 34. ^a – Legislação aplicável	24
Cláusula 35. ^a – Disposições Finais.....	24
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO	25
ANEXO II- Minuta da Proposta	27
ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO	28

Cláusula 1.ª- Identificação e objeto do procedimento

1. O presente concurso público, nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1 e na alínea d) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, em articulação com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), tem por objeto aquisição de serviços de instalação, recolha, transporte, valorização, monitorização e manutenção de equipamentos de recolha de óleos alimentares usados na via pública, em conformidade com o previsto no caderno de encargos.
2. O bem objeto do presente concurso é classificado com o código CPV 90513000-6— Serviços de tratamentos e eliminação de resíduos de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV), indicados no Anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.
3. O procedimento segue o disposto, desde logo, nos artigos 130.º e seguintes do CCP, e é constituído por este Programa, pelo Caderno de Encargos e respetivos Anexos.

Cláusula 2.ª- Entidade adjudicante

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão doravante abreviadamente designada por AMRPB, Vale da Margunda, Borralhal, 3465-013, Barreiro de Besteiros, com o telefone n.º 232 870 020, endereço eletrónico: geral@planaltobeirao.pt e horário de funcionamento, em dias úteis, no período compreendido entre as 09:00 e as 13:00 horas e as 14:00 e as 17:00 horas.

Cláusula 3.ª- Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, bem como a decisão de autorização da despesa, foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo na reunião ocorrida em 17 de abril de 2025.

Cláusula 4.ª – Comunicações e Notificações

A proposta e seus documentos, bem como todas as notificações e comunicações entre as partes, são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>.

Cláusula 5.ª – Consulta e disponibilização das Peças do Procedimento

1. As peças referentes ao presente Concurso, encontram-se presentes na AMRPB, onde podem ser consultadas, durante as horas de expediente (das 9h:00m às 12h:30 e das 14h:00 às 17h:00m), desde a data da primeira publicação do anúncio do concurso, até à data-limite para a apresentação das propostas.
2. As peças referentes ao Concurso Público estão igualmente disponíveis através de plataforma eletrónica de contratação sita em <https://www.acingov.pt>.
3. Os concorrentes poderão descarregar gratuitamente as peças do Procedimento a partir da plataforma eletrónica da Entidade Adjudicante, referida no número anterior, devendo para tanto proceder ao respetivo registo, de acordo com as indicações constantes do mesmo.
4. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário relativo à fase de formação do contrato, devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica anteriormente mencionada, nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º, ambos do CCP.

Cláusula 6.ª – Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento

1. Por delegação do Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, e de acordo com a sua de deliberação, o Júri designado no âmbito do presente Procedimento é o órgão competente para prestar esclarecimentos, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e do n.º 2 do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos.
2. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, as Entidades Convidadas podem solicitar, por escrito, os esclarecimentos que porventura careçam

relativamente à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, podem apresentar, e de igual modo, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

3. Para os devidos efeitos consideram-se erros e omissões das peças do Procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do Contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do Contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
4. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
5. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores tem as consequências previstas nos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 378.º do CCP, aplicável por força do artigo 447º-A do CCP.
6. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O órgão competente para o efeito indicado na alínea 1.ª anterior deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
7. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

8. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
9. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelas Entidades Convidadas são disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo aquelas notificadas desse facto.
10. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do Procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 7.ª – Idioma

Todos os documentos que constituem as propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, inclusive os mencionados no n.º 3 do artigo 57.º do CCP, ou não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual a Entidade Convidada declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Cláusula 8.ª – Contagem de prazos

1. Os prazos estabelecidos no presente Procedimento contam-se nos termos previstos nos artigos 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

Cláusula 10.ª – Concorrentes

1. É concorrente a Entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa no procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem apresentar proposta as pessoas, singulares ou coletivas, incluindo os agrupamentos de pessoas coletivas sem que entre elas exista qualquer modalidade

jurídica de associação, nas condições do presente Programa Do Procedimento e do Caderno de Encargos, e que para isso tenham sido convidadas pela Entidade Adjudicante.

3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do Contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas ou consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.
4. As sociedades e os agrupamentos referidos no número anterior só podem concorrer quando verificado que, quer as primeiras, quer todas as Entidades componentes destes últimos, se encontram regularmente constituídas de acordo com a legislação que lhes é aplicável, têm as respetivas situações contributivas regularizadas e cumprem todos os requisitos de verificação obrigatória previstos no presente Convite.
5. Os agrupamentos de empresas acompanharão a sua proposta com uma declaração de intenção, em caso de adjudicação, se constituírem em agrupamento complementar de empresas ou em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária dos agrupados ou consorciados, conforme o caso, com indicação da respetiva participação de cada empresa associada.
6. Até à celebração do Contrato, as pessoas que compõem o agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis perante a Associação de Municípios do Planalto Beirão pela manutenção da proposta.
7. No âmbito do presente Procedimento, uma Entidade não pode fazer parte de mais de um agrupamento concorrente, nem pode simultaneamente integrar um agrupamento e concorrer individualmente.
8. Sem prejuízo do direito de audiência prévia, a insolvência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social, ou a pendência do respetivo processo, de qualquer dos membros do agrupamento acarreta a imediata exclusão deste, seja qual for a fase em que o Procedimento se encontre.
9. Os concorrentes nacionais de outros Estados membros da União Europeia ou neles estabelecidos e das Partes Contratantes do Acordo do Espaço Económico Europeu



podem concorrer em situação de igualdade com os nacionais, nos termos previstos nos respetivos acordos.

10. O termo “Concorrente” designa a Entidade Convidada, indistintamente, quer na forma de concorrente individual quer na forma de agrupamento concorrente convidado pela Entidade Adjudicante a apresentar uma proposta no âmbito do presente Procedimento.
11. Os Concorrentes foram selecionados em função de três critérios:
 - a) O prévio conhecimento das entidades a convidar em função de contratos anteriores celebrados com a mesma entidade adjudicante;
 - b) A experiência transmitida por outras entidades adjudicantes sobre o bom desempenho contratual de determinada entidade;
 - c) A proximidade geográfica face ao local de execução (quanto tal seja um elemento essencial à boa execução do contrato).

Cláusula 11.^a – Impedimentos

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as Entidades Convidadas que:
2. Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um plano de recuperação de empresas, judicial ou extra- judicial, previsto na lei;
3. Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que, entretanto, tenha ocorrido a respetiva reabilitação;
4. Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar



de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;

5. Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
6. Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
7. Tenham sido objeto de aplicação de sanção acessória de proibição de participação em concursos públicos prevista em legislação especial, nomeadamente nos regimes contraordenacionais em matéria laboral, de concorrência e de igualdade e não-discriminação, bem como da sanção prevista no artigo 460.º, durante o período fixado na decisão condenatória;
8. Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
9. Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - i) Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
 - ii) Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-



- Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º-B do Código Penal;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;
- v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividades terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;
- vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011,
10. Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
11. Tenham diligenciado no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar do órgão competente, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, ou tenham prestado informações erróneas suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão, qualificação ou adjudicação;
12. Estejam abrangidas por conflitos de interesses que não possam ser eficazmente corrigidos por outras medidas menos gravosas que a exclusão;
13. Tenham acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um Contrato público anterior nos últimos três anos, tendo tal facto conduzido à resolução desse Contrato por incumprimento, ao pagamento de indemnização resultante de incumprimento, à aplicação de sanções que tenham atingido os valores



máximos aplicáveis nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º, ou a outras sanções equivalentes.

Cláusula 12.ª – Proposta e documentos da proposta

1. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe fazê-lo.
2. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente programa;
 - b) Proposta contratual, que deve obedecer ao disposto no n.º 1 do artigo 58.º e nos artigos 62.º e 66.º do CCP, e elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II a este programa de procedimento do qual faz parte integrante;
 - c) No caso de pessoa coletiva, cópia da certidão permanente de inscrição no Registo Comercial ou entrega do código de acesso à certidão permanente equivale; no caso de pessoa singular, declaração com o nome completo, número de contribuinte, número do documento de identificação, data de validade e morada completa;
 - d) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento pré-contratual, contenham todos os atributos da proposta de acordo com os quais o Concorrente se dispõe a contratar, com discriminação do preço unitário mensal por oleão, devendo, obrigatoriamente, indicar o preço total da proposta, em algarismos e por extenso, sem inclusão do IVA mas com indicação de que aos preços mencionados acresce tal imposto indicando o valor total e a taxa legal aplicável;
 - e) Ficha técnica que identifique as características técnicas dos equipamentos de recolha OAU propostos;
3. A não apresentação dos documentos indicados no número anterior determina a exclusão da proposta apresentada.
4. Sem prejuízo da apresentação dos documentos e elementos indicados, as entidades concorrentes poderão ainda associar outros documentos ou outras



informações por os considerar indispensáveis, para os efeitos do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, desde que, esses documentos ou elementos, estejam única e exclusivamente relacionados com os bens ou serviços objeto do presente procedimento, sob pena da proposta poder vir a ser excluída, por configurar uma proposta variante.

5. Os documentos referidos nos pontos anteriores, devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 2 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos para cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

7. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

8. O preço constante da proposta é indicado em algarismos, em euros e isentos de IVA nos termos do disposto no n.º 32 do artigo 9º do Código do IVA.

9. Quando o preço constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

Cláusula 13.ª – Indicação dos preços das propostas

1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos, por extenso e não incluem o IVA.
2. Em caso de divergência, os valores por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
3. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA e indicar o respetivo valor e a taxa legal, quando aplicável.

4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Cláusula 14.ª – Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados, através de meio de transmissão eletrónica de dados, diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela AMRPB (www.acingov.pt), até à data-limite de apresentação de propostas.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Todos os documentos carregados na plataforma têm de ser assinados eletronicamente, sob pena de exclusão da proposta, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos artigos 54.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato *zip* ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes, nos termos da lei, a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta, de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP, caso não procedam ao suprimento das irregularidades formais, no prazo estipulado pelo júri, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
6. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Concorrente que já a tenha apresentado pode retirá-la através de comunicação à AMRPB, faculdade cujo exercício não prejudica a apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

7. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1., este deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, e no rosto deve indicar a designação do procedimento, nome do proponente, morada e número de identificação fiscal, e deve ser dirigido ao Júri do Procedimento, e endereçado para o Centro de Tratamento de RSU do Planalto Beirão, sito Vale da Margunda, Borralhal, 3465-013, Barreiro de Besteiros, até ao prazo fixado para a apresentação das propostas e cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.
8. No caso do ponto anterior, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese de a entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.
9. As propostas apresentadas são listadas e ordenadas de acordo com a respetiva apresentação.

Cláusula 15.ª – Prazo para apresentação da Proposta

As propostas deverão ser entregues até às 23:59 horas do 30.º dia a contar da data da publicação no JOUE (Jornal Oficial da União Europeia), pelos concorrentes ou seus representantes na Plataforma utilizada pela AMRPB, a que poderão aceder através do endereço eletrónico www.acingov.pt.

Cláusula 16.ª – Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

Cláusula 17.ª – Negociações

No presente procedimento, as propostas apresentadas não são objeto de negociação.

Cláusula 18.ª – Caução

A prestação da caução é exigível de acordo com o disposto na alínea do n.º 1 do artigo 88º do CCP.

Cláusula 19.ª – Prazo de obrigação de manutenção das Propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 20.ª – Júri do Procedimento

1. O procedimento para a formação do contrato será conduzido por um júri, a designar pelo Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e composto, em número ímpar, por um mínimo de 3 (três) membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes, com a seguinte composição:
 - a) Presidente;
 - b) Vogal (substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos);
 - c) Vogal;
 - d) Primeiro Suplente;
 - e) Segundo Suplente.
2. As competências do Júri do presente Procedimento são as previstas no artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª – Funcionamento do júri

1. O júri do Procedimento inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao envio do convite.
2. O júri só pode funcionar quando o número de membros presentes na reunião corresponda ao número de membros efetivos.

3. As deliberações do júri, que devem ser sempre fundamentadas, são tomadas por maioria de votos, não sendo admitida a abstenção.
4. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do júri, devem constar da ata as razões da sua discordância.
5. O júri pode designar um secretário de entre o pessoal dos serviços da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, com a aprovação do respetivo dirigente máximo.
6. Quando o considerar conveniente, Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão pode designar peritos ou consultores para apoiarem o júri do Procedimento no exercício das suas funções, podendo aqueles participar, sem direito de voto, nas reuniões do júri.

Cláusula 22.ª – Competência do júri

1. Compete nomeadamente ao júri:
 - a) Proceder à apreciação das propostas;
 - b) Elaborar o (s) relatório(s) de análise das propostas;
2. Cabe ainda ao júri exercer a competência que lhe seja delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar, não lhe podendo este, porém, delegar a competência para a retificação das peças do procedimento, a decisão sobre erros ou omissões identificadas pelos interessados, a decisão de qualificação dos candidatos ou a decisão de adjudicação.

Cláusula 23.ª – Abertura das Propostas

1. A abertura das propostas será efetuada via plataforma eletrónica no dia útil imediatamente subsequente ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.

3. Aos concorrentes incluídos na lista, será facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
4. O interessado que não tenha sido incluído na lista de Concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
5. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 2 e 3.

Cláusula 24.^a – Critério de Adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofactor prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP – “o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço”.
2. Em caso de igualdade classificativa prevalece a proposta que apresentar o menor prazo para a entrega dos bens objeto do presente procedimento.
3. Caso se mantenha o empate após aplicação do critério indicado no número anterior, recorrer-se-á ao sorteio de acordo com o previsto no artigo 74.º, n.º 5, alínea c) do CCP,
4. na sua atual redação, nos termos a definir pelo júri através de notificação na plataforma eletrónica.

Cláusula 25.^a – Preço anormalmente baixo

Para o presente fornecimento de bens não é fixado o preço ou custo anormalmente baixo, sendo aplicável o disposto no artigo 71.º do CCP.

Cláusula 26.^a – Esclarecimentos e suprimentos das propostas

1. O júri do Procedimento pode pedir aos concorrentes, via plataforma eletrónica, quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das respetiva propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, precedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência.
4. Os pedidos do júri indicados neste artigo e as respetiva respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Cláusula 27.ª – Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente programa de procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente programa de procedimento ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º, todos do CCP.
3. Caso todas as propostas sejam excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 e cujo preço não exceda em mais de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação,

desde que (pressupõe que estejam reunidos todos os pressupostos constantes do artigo 70.º n.º 6 do CCP).

4. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
5. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica “acinGov”, para se pronunciarem no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
6. A audiência prévia dos concorrentes encontra-se dispensada quando tenha sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.
7. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do presente Cláusula.
8. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
9. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Cláusula 28.^a – Adjudicação

1. Cumpridas as formalidades previstas nos pontos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas;

3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no ponto seguinte.

Cláusula 29.ª – Documentos de habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III, ao presente Convite;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º, do Código dos Contratos Públicos;
 - c) Certidão do registo comercial atualizada, ou código de acesso para consulta da certidão permanente no site: www.portaldaempresa.pt, no caso de se tratar de pessoa coletiva;
2. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior, até 5 (cinco) dias úteis após notificação da adjudicação, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, excluindo-se qualquer outro meio para apresentação daqueles documentos.
3. O prazo a conceder pela AMRPB para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP será de 2 (dois) dias úteis.
4. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o Adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
6. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no artigo anterior, através da plataforma eletrónica: www.acingov.pt, excluindo-se qualquer outro meio para apresentação daqueles documentos.
7. Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à AMRPB

o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta desde que o referido sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.

8. Caso venha a ser verificada alguma irregularidade no(s) documento(s) apresentado(s), será concedido pela entidade adjudicante um prazo de mais 2 (dois) dias para supressão das irregularidades.
9. A não apresentação dos documentos conforme o exigido, bem como o não suprimento das irregularidades dentro dos prazos fixados, leva à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do CCP.

Cláusula 30.ª – Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta

1. Quando tenha sido apresentada uma única proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projecto de decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.
2. No caso previsto no número anterior, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

Cláusula 31.ª – Minuta e Outorga do Contrato

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 102.º do CCP, nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
3. contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.



4. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.
5. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data, a hora e o meio eletrónico através do qual ocorrerá a outorga do contrato.

Cláusula 32.ª – Informação sobre proteção de dados pessoais

1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a AMRPB é a responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.
2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos neste artigo, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.
3. A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
4. Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada são exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los ao Município de Lisboa, nos termos previstos no RGPD.
5. De acordo com a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir o encerramento do

procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 08/08, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspondentes.

Cláusula 33ª – Prevalência

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente programa de concurso prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Cláusula 34.ª – Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual e, supletivamente, o Código do Procedimento Administrativo e a demais legislação complementar aplicável.

Cláusula 35.ª – Disposições Finais

A AMRPB reserva-se o direito de não adjudicar, anular a adjudicação, ou de anular o procedimento, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos



ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável, do Código dos Contratos Públicos)

1. _____
_____(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de
representante legal de _____ (1)

_____(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de
agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito
conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de
_____(designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de
encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2)
se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos,
relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo
(3):
 - a. _____
 - b. _____
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao
disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo
55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da
proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação
muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção
acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento
candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da
participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos
Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas
alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do
número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia
sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos
Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como
candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento
adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de
procedimento criminal.

(local), _____(data),

(assinatura (4)).

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS
DA REGIÃO DO

**Planalto
Beirão**

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b),

c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II- Minuta da Proposta

[...] (indicar nome, morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento por Concurso Público para [...] obriga-se a executar o contrato em conformidade com o constante do presente programa de procedimento, respetivo caderno de encargos e demais anexos, nos seguintes termos e condições (identificar os Lotes a que concorre e discriminar os respetivos atributos da proposta):

Preço Contratual (Total) de: [...] €. (numerário e por extenso); Etc.;

Etc.....

À quantia supra acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor de XX%.

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o Tribunal Judicial da Comarca de Viseu, com expressa renúncia qualquer outro.

... (local), ... (data), ... (assinatura)..



ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1. _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____ (local), _____ (data),

(assinatura (5)).

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.